CC BY

DOI: 10.22456/2238-152X.141092

Corpos Femininos Negros Na Escrevivência E Interrogações À Universidade

Black Female Bodies in Writing-Experience/*Escrevivência* and Interrogations to the University

Cuerpos Femeninos Negros En La *Escrivivencia* Y Cuestionamientos A La Universidad

Rosângela Jacinto Cabral

Psicóloga clínica, Maceió, AL, Brasil.

Aline Kelly da Silva

Centro Universitário de Maceió (UNIMA), Maceió, AL, Brasil.

Simone Maria Hüning

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, Brasil,

Resumo

O encontro entre uma mulher negra pesquisadora da universidade e uma mulher negra moradora de rua, durante um processo de pesquisa, provoca uma inversão do foco de nosso fazer acadêmico: coloca em questão nossos corpos, territórios e políticas de pesquisa e escrita. Essa inversão situa como corpos-políticos produzem, necessariamente, saberes-políticos. Neste ensaio-teórico, as questões emergentes deste encontro são abordadas ao passo em que trazemos as ferramentas epistemológicas, éticas e políticas que têm nos permitido sustentar uma pesquisa encarnada. Abordamos em especial a corporeidade, a escrevivência e a interseccionalidade, como respostas à estrutura universalizante, classista, racista e sexista da universidade. Ao longo das reflexões apresentadas, persiste a pergunta: no transitar entre rua e universidade, quais são as violências que aproximam e/ou distanciam nossos corpos? Tal questão interroga nossas práticas, corpos e saberes, demarcando uma aposta na intelectualidade de mulheres negras que, mesmo quando violentadas, produzem conhecimento sobre si, sobre a universidade e sobre o mundo.

Palavras-chave: pesquisa, corpo, feminismo negro, escrevivência, interseccionalidade.

Abstract

The encounter between a black woman university researcher and a black woman living on the streets during a research process provokes a reversal on the focus of our academic work: it questions our bodies, territories, and research and writing politics. This reversal states how political-bodies necessarily produce political-knowledge. In this theoretical essay, the questions that emerge from this encounter are addressed as we bring the epistemological, ethical, and political tools that have allowed us to sustain embodied research. We particularly address corporeality, writing-experience/*escrevivência*, and intersectionality as responses to the universalizing, classist, racist, and sexist structure of the university. Throughout the presented reflections, the question persists: in the transition between the street and the university, what are the violences that bring our bodies closer and/or distance them? This question interrogates our practices, bodies, and knowledge, betting on the intellectualism of black women who, even when facing violence, produce knowledge about themselves, the university and the world.

Keywords: research, body, black feminism, writing-experience/*escrevivência*, intersectionality.

Resumen

El encuentro entre una mujer negra investigadora de la universidad y una mujer negra en situación de calle durante un proceso de investigación, provoca una inversión del enfoque de nuestro quehacer académico: cuestiona nuestros cuerpos, territorios y políticas de investigación y escritura. Esta inversión sitúa cómo los cuerpos-políticos producen, necesariamente, conocimientos-políticos. En este ensayo teórico, abordamos las preguntas emergentes de este encuentro, a medida que traemos las herramientas epistemológicas, éticas y políticas que nos han permitido sostener una investigación encarnada. Abordamos especialmente la corporalidad, la escritura vivencial/*escrevivência* y la interseccionalidad, como respuestas a la estructura universalizante, clasista, racista y sexista de la universidad. A lo largo de las reflexiones presentadas, persiste la pregunta: en el tránsito entre la calle y la universidad ¿cuáles son las violencias que acercan y/o distancian nuestros cuerpos? Esta pregunta cuestiona nuestras prácticas, cuerpos y conocimientos, apostando por la intelectualidad de mujeres negras que, incluso cuando son violentadas, producen conocimiento sobre sí mismas, sobre la universidad y sobre el mundo.

Palabras clave*:* investigación, cuerpo, feminismo negro, escritura vivencial/*escrevivência*, interseccionalidad.

Um corpo-memória[i]

Certa vez, Rachel de Queiroz disse que a vida toda é um doer, só não dói depois de morto. A dor pode ser algo que causa angústia e aflição, mas também pode ser potência, para nos movermos e sairmos do estado paralisante de inércia. A realização da pesquisa que origina esse artigo foi resultado dessa potência da dor e

de afetos do encontro de corpos negros: o encontro de uma pesquisadora negra, com uma mulher negra em situação de rua. São dois corpos que ocupam lugares diferentes de resistência, tanto na rua como na universidade: o corpo da mulher negra marca o ambiente da mesma forma que é marcado por ele. Uma mulher negra chama atenção em uma sala de aula de psicologia, onde a maioria das pessoas são estudantes de pele não negra. Nas ruas, a mulher negra que faz delas seu lar passa despercebida, e sofre com as marcas da indiferença e do menosprezo, e esse parece ser seu lugar naturalizado. O que o encontro dos corpos de uma mulher negra em situação de rua e de uma mulher negra na universidade produz?

O encontro desses corpos se deu no cenário de uma praia, em que a mulher em situação de rua que eu acompanhava havia três meses trabalhava como flanelinha. Esta mulher será aqui chamada de Kinara. Este nome foi escolhido com muita atenção e cuidado tanto pelo que ele significa, quanto pelo que ela representou e ainda representa nessa trajetória. Kinara é um nome de origem africana que significa castiçal de sete pontas, especificamente usado na celebração do Kwanzaa[ii]. Então, Kinara tradicionalmente ilumina, é luz nessa celebração cultural. Na pesquisa, essa luz que é a Kinara também orientou todo o caminho. Por isso, ela está aqui, como alguém que moldou e guiou não apenas o corpo do trabalho em si, como também nosso próprio corpo.

Assim, foi com a paisagem da praia ao fundo que Kinara pausou seu trabalho e simplesmente começamos a conversar sobre a nossa cor de pele. Para minha surpresa, Kinara não me via como uma pessoa negra, apesar de o meu tom de pele ser mais escuro que o dela. Ela riu quando me localizei como mulher negra, durante nossa conversa, e questionou, já que, segundo ela, eu não poderia ser negra, uma vez que era ‘doutora’. Mesmo após tanto tempo circulando pelas ruas, algumas pessoas que sempre encontrava ainda me chamavam de ‘doutora’, e isso era algo que a todo momento corrigia; afinal, era uma estudante de mestrado e ali estava como pesquisadora. Mas, para elas, o fato de eu me localizar em outra classe social e na universidade clareava meu tom de pele. Após essa afirmação, Kinara se levantou e saiu rindo timidamente, voltou ao seu trabalho com os carros que paravam, mais uma vez, ao sinal de trânsito. A brisa da praia ficou com um sabor amargo enquanto eu digeria a avinagrada

afirmação, ao passo em que via como Kinara estava correta em seu raciocínio.

A partir de então ela lançou uma luz que redirecionou o olhar daquela pesquisa também para mim mesma; afinal, eu não estava ali apenas para estudar e observar a realidade daquele corpo feminino negro na rua. Eu estava da mesma forma incluindo o território da universidade, e demais espaços em que o corpo feminino negro circula, e como ele muda a depender de por onde passa. Para Ana Paula Lemos e Joaquim Oliveira (2017), incluir-se em um território é compartilhar as suas características comuns de pertencimento, suas normas institucionais e seus significados. A partir do momento em que quem circula pelo local destoa de todos esses valores, torna-se estranho àquele ambiente, exterior a ele, podendo se configurar como um inimigo, a depender das características que o fazem diferente

Nossos corpos negros são constituídos no espaço de modos diferentes, não por mim e nem por Kinara, mas por fatores externos sobre os quais nem ela nem eu temos controle. Foi em meio ao escândalo e à naturalização dos altos índices de violência que aterrorizam as mulheres negras vítimas de feminicídio que Kinara foi assassinada pelo ex-companheiro e genitor das duas filhas. Ao final, Kinara estava correta ao ver nossos corpos de forma tão diferente, apesar de eu achar que eram iguais. No fim das contas, foi a luz de Kinara que apagou. Em sua memória, trazemos um breve registro de sua existência, do modo como fomos marcadas pelo encontro com sua vida e do que uma mulher negra em situação de rua acrescentou aos saberes dissidentes na academia. A partir deste encontro que marca nosso corpo como uma memória que o compõe, conduzimos a proposta deste artigo de trabalhar a corporeidade do corpo feminino negro constituído pelo território na pesquisa.

Sobre encarnar a pesquisa

Em nossos percursos de investigação temos nos interrogado sobre como podemos produzir conhecimentos que atentem para o rigor teórico sem o apagamento da corporeidade e das experiências de quem pesquisa. Há, nessa questão, o esgotamento de pressupostos da inexistência ou até mesmo da indesejabilidade da intersecção entre classe, raça e gênero, como elementos constitutivos da produção acadêmica. A ciência que se afirmou sem cor, sem gênero e sem classe, a pesquisa sem corpo,

ampliou distâncias, hierarquizou e objetificou pessoas e populações.

A explicitação e a recusa dos processos de silenciamento e exclusões geradas pelo modelo colonialista de conhecimento que estrutura nossas universidades, nos levam então a pensar como nos situamos diante dos desafios de uma pesquisa encarnada sobre processos psicossociais. Particularmente, as dimensões do racismo/branquitude e gênero têm nos mobilizado a pensar as formas como transitamos pelos territórios e questões de pesquisa. É em meio a este emaranhado de inquietações que o encontro com Kinara se torna aqui um dispositivo analisador do entrelaçamento entre corpo, território, hospitalidades e hostilidades para com o existir de mulheres negras em uma sociedade racista e nos espaços de produção de conhecimento.

Quando a mulher negra que habita o território das ruas interpela a pesquisadora negra e esta retorna para o espaço acadêmico, todo um deslocamento de questões se produz. Kinara escancara a branquitude, não da pesquisadora que a encontrou, mas da universidade. Ela demarca a distância que nos separa e nos provoca a inverter o olhar para aquilo que temos produzido, para nossos modos de fazer pesquisa, para as dimensões ético-políticas dos nossos modos de habitar esse território. Ao buscar, com nossa pesquisa, saber sobre a vida nas ruas, somos remetidas de volta ao nosso lugar e instadas a pensar sobre nossos próprios corpos-territórios e nossas políticas do habitar: a quem oferecemos nossos saberes, nossas preocupações, nossa hospitalidade ou nossa hostilidade?

A estrutura racista e sexista da universidade tem determinado a legitimidade de quem pode estar e do que se pode afirmar como conhecimento acadêmico, nos âmbitos epistemológico, teórico e metodológico. Nosso desafio, então, tem sido romper com a hegemonia dessa estrutura e, ainda assim, sermos levadas a sério nestes mesmos espaços institucionais, ao passo que neles também produzimos mudanças. Temos encontrado alguns caminhos em propostas que assumem a relevância de inscrever nossos corpos e experiências na pesquisa, a partir de uma perspectiva feminista negra e interseccional. Para tanto, temos recorrido a autoras que, de modo consistente, sustentam a proposição de que essa inscrição tem um caráter coletivo e político, e não intimista ou individualista

(Evaristo, 2005; Davis, 2016; hooks, 2019; Kilomba, 2019).

Traremos aqui algumas das ferramentas teóricas que têm nos permitido produzir brechas nos modelos instituídos e que são evocadas a partir do encontro com Kinara e das interpelações que este encontro produz. Buscamos com isso sinalizar, para outros/as pesquisadores/as, como essas estratégias sustentam o rigor da pesquisa ao mesmo tempo em que contribuem para a construção e afirmação de uma pesquisa encarnada, em que raça, classe e gênero não sejam apenas descritores ou recortes, mais marcadores que constituem quem faz pesquisa, complexificam e situam ética e politicamente o conhecimento.

Quando escritoras negras como bell hooks e Conceição Evaristo nos sugerem a olhar para si, não é apenas para o que vemos, mas para o que os outros enxergam em nós. Esse pedaço do exterior que é, tão frequentemente, recortado sendo transformado em descritor e estatística, essa parte sobre a qual não temos controle de como e nem para o que nos será tomada. Quando Kinara situa a cor da pele não apenas como marcador de raça, mas também de classe, de poder, de posição e prestígio social, ela destaca a diferença entre o que significa ser uma mulher negra nas ruas e uma mulher negra na universidade. Ela demarca distanciamentos para além da cor da pele.

A partir daí, olhar para si e para tudo o que constitui esse corpo evidencia as marcas de uma configuração de poder e de conhecimento primordialmente branca. A universidade é um espaço hegemonicamente branco e masculino de fala e de conhecimento. Apenas observando quem ensina, quem está no centro e quem ainda permanece às margens, fica evidente que a universidade não é um espaço neutro nem tão democrático quanto se pretende ser.

Como mulher negra, Conceição Evaristo (2017) enfatiza como é difícil para essas mulheres terem a sua produção escrita reconhecida, já que esse é um lugar não habitual para elas. Essas vozes foram silenciadas durante muito tempo dentro da universidade, sendo consideradas desqualificadas, válidas apenas como objeto de pesquisa. Logo, quando Kinara desloca a cor da pesquisadora ela automaticamente nos coloca a pergunta que ao mesmo tempo assinala e questiona esse padrão: como ter voz, produzir pesquisa e ser mulher negra na universidade?

Nesse universo branco da academia, há histórias que não puderam

ser contadas ou, quando foram, permaneceram às margens, assim como suas autoras a quem, por tantas vezes e por tanto tempo, foi negado o reconhecimento de sua produção intelectual. Para essas mulheres, a margem não se apresentou como opção, mas como uma forma de existir frente à interdição de acesso aos recursos, ferramentas e espaços de poder que reconhecessem a relevância e as contribuições de suas produções.

Contemporaneamente, a força dessa produção tem inundado a planície dos saberes hegemônicos, adicionando outras formas ao relevo acadêmico. Escritoras brasileiras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, mulheres negras, que compartilham uma trajetória de pobreza e de escrita como possibilidade de existência, entre tantas outras autoras, têm chegado às instâncias acadêmicas e se tornam interlocutoras de práticas de pesquisa que se insurgem contra a colonialidade epistêmica (Oliveira, 2020; Oliveira et al. 2020; Santos et al., 2024). As obras dessas autoras se constituem como mais um referencial que possibilita questionar a exclusão de saberes e de epistemologias não brancas na academia, particularmente, no campo das ciências humanas e sociais, no qual o debate sobre os limites e o lugar da experiência e da subjetividade na pesquisa ganha destaque. É exatamente como resposta àquilo que foi anulado e eliminado na construção da ciência patriarcal branca que se constrói a importância do reconhecimento da corporeidade e das relações de poder que marcam os corpos.

Quando Kinara inverte a direção de nosso olhar, ela, certeiramente, nos convida a pensar no lugar de nossos corpos na pesquisa e sobre o que aproxima e o que distancia nossa experiência como mulheres negras (ou branca)[iii] nos territórios da cidade e da universidade. A observação de Kinara - ‘você não é negra porque você é doutora’ - comporta as violências que o racismo construiu para as mulheres negras: aquelas como ela, que vivem nas ruas, mas também para aquelas que, mesmo quando acessam a universidade, serão submetidas a incontáveis situações de racismo. Se na relação com Kinara o título de doutora poderia embranquecer, a força do racismo institucional acadêmico vivido reitera que isso que a branquitude finge não existir – o racismo –, está cotidianamente marcando a indesejabilidade dos corpos e saberes não brancos na universidade. É assim que ela

nos conduz ao encontro com a escrevivência.

Escreviver corpos-políticos em saberes-políticos

Escrevivência é um termo cunhado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, que o definiu como uma escrita de corpo e memórias de uma condição, uma experiência do ser negra no Brasil. É uma escrita que se compromete com a vida em um ato de descolonização, visto que quem escreve faz oposição aos modos tradicionais da escrita e da ciência, valorizando o cotidiano e a narrativa como ferramentas válidas de conhecimento. Conceição Evaristo (2005) descreve a escrevivência como um lugar de autoafirmação, principalmente da mulher negra, que faz dessa escrita um ato de insubordinação à ordem eurocêntrica da cientificidade.

Para a autora que cunhou o termo, a escrevivência torna-se um recurso de emancipação para esse sujeito-mulher-negra. Por meio dela, a voz dessa mulher ganha força, construindo com essa escrita estratégias de reversão das posições sociais estereotipadas que lhes foram atribuídas. Indo além da preocupação com as normas cultas da língua, a escrevivência desafia a produção de conhecimento tradicional, permitindo uma escrita que é política, poética, ética e artística. O protagonismo de pessoas negras narrando a própria realidade e definindo sua identidade é defendido também por bell hooks (1989), já que nossa historicidade foi contada e designada por pessoas brancas, que criaram representações, de acordo com elas, do que seria a nossa negritude.

Na escrevivência, tomamos conhecimento de várias histórias, várias perspectivas sobre o ser negra e várias possibilidades de existência para além daquelas negativas que, durante muito tempo, nos foram designadas. As narrativas de escrevivência potencializam a vida das mulheres negras que, ao terem suas histórias contadas, não são tratadas como meros objetos de estudo que estão à mercê do/a pesquisador/a. Para Érika Oliveira e colaboradoras (2019), é uma escrita política que tem um valor coletivo e ainda se articula com contextos econômicos, jurídicos e burocráticos: é um escre-viver sobre si que, inevitavelmente, é também sobre os outros. Ou seja: significa, para essas autoras, contar histórias particulares, mas que remetem a experiências coletivizadas, pois se compreende existir um comum constituinte entre autora e protagonista.

Assim, a escrevivência é ora vista como estratégia metodológica que surge como uma epistemologia contra-hegemônica no que diz respeito ao padrão de construção acadêmica; ora, é uma política de escrita e uma narrativa de produção do conhecimento não disciplinar, criada a partir de uma polifonia de vozes que, por muito tempo, foram silenciadas (Oliveira, Rocha, Moreira & Hüning, 2019). Deste modo, o que era comumente visto como subalterno, sempre à margem de um conhecimento que é dominante e padrão de erudição, passa a ressignificar esse espaço considerado ruim, criminoso, vadio, na medida em que lutamos para mudar os sentidos atrelados ao ser negra.

Os territórios e sujeitas subalternizadas podem, também, ser espaços e autoras de produção de ciência pelas próprias pessoas que vivem ali, e não apenas por pesquisadores brancos que as tornam objetos de seus saberes. Deste modo, a escrevivência se constitui em uma escrita-denúncia e testemunho, reinventando formas de registro que possibilitam outras maneiras de lidar com a realidade. Essa produção contra-hegemônica merece destaque pela resistência que gera e pela potencialidade de evidenciar, epistemológica, sensível e artisticamente, relações de poder e de violência que constituem os corpos negros.

Há uma releitura do passado escravocrata na narrativa da escrevivência, que conta como a mulher negra chegou ali, como a sociedade se organizou de modo a excluí-la dos processos educacionais, de habitação e de saúde, gerando uma falta de assistência generalizada para este grupo populacional. Esse processo traz a memória coletiva desses corpos. Conceição Evaristo tem, nessa escrita, sempre o protagonismo feminino, narrando mulheres negras em distintas realidades, apontando desde violências até a autonomia na gestão do próprio corpo. A autora faz denúncias que vão muito além de uma simples ficção literária, abarcando a falta de assistência à saúde e à educação, entre outras políticas públicas, que essas mulheres experimentam corriqueiramente, e como essa situação foi banalizada pelo racismo estrutural (Santos et al., 2024).

Após a popularização do termo e apropriação da escrevivência como metodologia, Evaristo (2022) comenta em uma entrevista ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP):

> O ponto nuclear da ideia de escrevivência é que ele traz a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam. Pensar a escrevivência no campo acadêmico é retomar a apropriação de 'epistemicídio' feita pela filósofa Sueli Carneiro. O termo envolve a escassez de referências bibliográficas negras nos estudos das diferentes áreas do conhecimento (Evaristo, 2022).

Há uma relevante e crescente repercussão do conceito criado no campo literário em propostas metodológicas utilizadas pela academia. Rosângela Cruz (2017) reflete sobre como as obras de Conceição Evaristo transpassam o senso de patriarcalismo existente na sociedade, pois as mulheres negras narradas por ela mostram como superar dificuldades sem necessariamente a companhia de um homem ou marido ao seu lado. Portanto, as mulheres dessas narrativas buscam se libertar de uma identidade fabricada pelo homem sob o olhar da subordinação, evidenciando que podem gerir uma família com capacidade igual a de um homem. Todas as relações de poder que fluem no meio social aparecem, também, na escrevivência da autora, que toma como pano de fundo a história da mulher negra e as relações étnico-raciais. Tais aspectos acrescentam elementos teóricos e analíticos importantes que, em metodologias tradicionais, eurocêntricas e hegemônicas de pesquisa, foram sempre suprimidos.

De acordo com a própria Conceição Evaristo (2017), as histórias da escrevivência permitem uma mescla entre ficção e narrativas de fatos reais. A tomada da escrevivência como metodologia permite produzir conhecimento a partir de histórias ao mesmo tempo reais e inventadas: quem lê não tem como discernir o que verdadeiramente aconteceu e o que foi criado naquela narrativa. No entanto, o que é inventado aí não é o que se opõe ou se distancia da realidade, mas um modo de reunir elementos de uma realidade dura demais de forma a torná-la sensível (que permita sentir e não ser amenizada). No contato com a escrevivência se reconhece, indubitavelmente, a materialidade daquelas condições de existência narradas. A autora se coloca, quando escreve, de forma a construir um espaço aberto em que tudo é possível, elaborando uma narrativa singular que a possibilita se colocar na escrita de forma protegida. Não há como saber o que é invenção e o que a autora de

fato vivenciou, pois todas as histórias apontam para um conjunto de experiências possíveis. É este o exercício que buscamos compor ao trazer a escrevivência como uma estratégia de produção de uma pesquisa encarnada, reunindo dados de uma realidade complexa em uma linguagem ética e política sensível que não anula a experiência, ao mesmo tempo singular e coletiva, de corpos marcados pela raça, classe e gênero. Trata-se, portanto, de uma estratégia de existir e produzir conhecimento frente à brutalidade da realidade e das interdições das relações de poder.

Conceição Evaristo (2017) estabelece uma ruptura com o modo como as pessoas negras são lidas e posicionadas na sociedade, como o corpo-procriação ou corpo-objeto de prazer de um outro que nos olha como negra e negro vadios e fortes, resultado da imposição de uma cultura dominante branca que tem o poder de se definir e de definir as culturas que a cercam. A autora nos oferece pistas, como discutem Sandy Hellen de Lima Cavalcante Santos, Simone Maria Hüning e Aline Kelly da Silva (2024), de como fazer um conhecimento racializado, antirracista e encarnado, "capaz de lidar com as feridas coloniais" (p. 164) exatamente pelo modo como relaciona corpo, territorialidade e memória. "Atentar para a relação corpo-território-memória é, principalmente para as populações negras e subalternizadas que tiveram suas memórias historicamente silenciadas pelo racismo, uma possibilidade de retornar aos territórios que foram ocupados por seus ancestrais, sejam estes territórios geográficos/físicos ou afetivos e de redesenhar suas histórias" (Santos et al., 2024, p. 163).

A escrita literária da autora fala sobre histórias não escutadas, de mulheres, como Kinara, pelas quais passamos e viramos a face na rua, para nem olhar, aquelas que foram relegadas ao lugar de refugo humano, mas possuem saberes e nos interrogam sobre o que constitui nossos corpos nas demarcações que se cruzam não somente entre raça, gênero e classe, mas também no modo como ciência e saber acadêmico produzem formas de sustentação de uma supremacia da branquitude, enquanto sistema de poder que hierarquiza o humano.

Junto a essa escrita-denúncia, a escrevivência é poética e política, pois reivindica afirmação de existência para mulheres negras, de modo a dar visibilidade também a alternativas para as

duras realidades enfrentadas e às potências que vão além da miséria e da exclusão social. Enxergar nesses espaços de produção de desigualdades afeição e carinho, entre as pessoas em situação de rua ou nas comunidades e áreas submetidas a riscos ambientais e socioeconômicos, bem como ver que, na luta contra a miséria, mulheres negras criam ambientes acolhedores e de ajuda mútua, auxilia-nos a refletir sobre nossa própria posição, pois, como apontamos anteriormente, escre-viver é assumir um lugar de protagonismo. O espelho que Kinara nos oferece para que nos enxerguemos como mulheres negras (e brancas, porque mesmo ofertado à pesquisadora negra, ele também mostra a branquitude) na universidade, nos faz ver que o espaço que ali ocupamos é também (ainda) margem e perigo e necessita de luta e afetos acolhedores.

A afirmação política deste tipo de escrita mostra que estar na posição de escritora, pesquisadora ou acadêmica tem valor fundamental na luta contra o racismo, e esta é uma posição legítima para a mulher negra. Finalmente, temos escritoras negras sendo reverenciadas, solicitadas pelo público para falar sobre suas obras e sendo reconhecidas pelo conhecimento que produzem. Desde as práticas de pesquisa realizadas na universidade, a partir do momento em que se trabalha com a escrevivência, é impossível não assumir um caráter ético e político na luta contra o racismo e contra o modo como ele se edifica estruturalmente na sociedade. Ari Lima (2001) afirma que, dessa maneira, podemos falar de uma opressão econômica e racial, bem como de um passado histórico que deixou suas marcas na sociedade, gerando a dificuldade de acesso a campos de saber legitimados. Ter acesso a tais campos, conforme Kinara certeiramente assinalou em seu encontro com a primeira autora deste texto, seria uma exceção constituída por privilégios capazes de nos aproximar de um universo que é, ao mesmo tempo, embranquecido e embranquecedor.

O encontro com Kinara e com a escrevivência, a ‘invertida’ que ela nos dá fazendo mudar de direção nosso olhar, coloca em questão nossos corpos, territórios e políticas de pesquisa e escrita. Ela nos situa como corpos-políticos que produzem, necessariamente, saberes-políticos. Nomeia a carne, o corpo e a cor do conhecimento e assim levanta, mais uma vez, questões sobre as quais precisamos refletir ao habitarmos os espaços de pesquisa, mesmo quando

acreditamos estar operando com abordagens contra-hegemônicas.

Não se pode ignorar, contudo, a complexidade no debate sobre como a escrevivência tem sido tomada nas pesquisas acadêmicas. Ao tomarmos a escrevivência como método, precisamos colocar em questão o modo como nós, na academia e na ciência, nos apropriamos de uma forma de escrita literária proposta por uma escritora negra que carrega consigo especificidades importantes. Dentre elas, ressaltamos uma: a condição para realizar uma escrevivência passa pela experiência de ser uma mulher negra; portanto, aqui novamente remetemos à relevância da corporeidade, do corpo-memória que é ao mesmo tempo corpo-território.

Tomar a escrevivência como método requer pensarmos um limite ético que se coloca na nossa relação com a escrita literária, pois podemos ser arbitrárias ao fazer isso. Assim, pode ser uma alternativa situar a escrevivência como uma *inspiração* metodológica e não propriamente um método. Todavia, isso instaura outros dilemas éticos, pois o que nomeamos como método parte de uma reivindicação não somente sobre procedimentos de pesquisa, mas também diz respeito a um certo estatuto político na composição de uma pesquisa. Quais estratégias e escolhas legitimamos como metodológicas? E que modo isso se articula à manutenção ou ruptura com violências epistêmicas? Embora não tenhamos aqui a pretensão de apresentar uma solução a tais questões, sequer chegarmos a um consenso sobre elas, consideramos que se tornam relevantes para enfrentamentos nas relações entre corpos, territórios e conhecimentos que habitam nossas pesquisas e vidas.

Um corpo feminino negro nos caminhos da pesquisa e da escrita

A corporalidade da mulher, historicamente, foi vista e entendida como mais frágil em relação à do homem. Esse argumento, por séculos, justificou a opressão, o machismo e a misoginia, aprofundando, cada vez mais, desigualdades sociais baseadas no pressuposto do corpo feminino como marcado por uma maior fragilidade (Rossini, 2014). Quando esse corpo feminino é constituído, também, pelo conceito de raça, sua representação se torna ainda mais depreciativa: torna-se um corpo subalterno e servil, e a opressão e as desigualdades sociais são mais acentuadas.

Para Judith Butler (2018), o corpo feminino é uma construção histórico-cultural para conceber ideias de um corpo-objeto, transpassado por lutas políticas, sexuais e econômicas. É no corpo que se faz a inscrição dos valores, e ele é símbolo de uma estrutura social que o constrói à medida que lhe convém. Assim, esse corpo pode ser dotado de múltiplas significações, a depender da época em que está localizado. Através dele, a sociedade fala o que é importante naquele momento, e essa relação corpo e sociedade é fundamental para a hierarquização e controle dos indivíduos. O corpo feminino negro está submetido às políticas patriarcais do homem branco e do homem negro.

Foi no corpo das mulheres que foram feitas as marcas das violências físicas, dos estupros e torturas sofridas no período escravagista, com gestações involuntárias, amamentações obrigatórias e sexo forçado durante muito tempo. Reverberações dos valores daquela época ainda assombram as mulheres negras atualmente, uma vez que essas várias ações voltadas para esse corpo foram condicionadas e naturalizadas em relação a essas mulheres. Esse regime de corporalidade, para Rossini (2014), nada mais é do que a junção dos princípios de classe, gênero e raça, tendo em vista que podem ser regulados, normatizados e moldados pelas diferentes culturas em determinados períodos.

Sobre esse corpo que se distingue simbolicamente por sua cor, a autora reitera que tal diferença assinala algo como um ‘defeito de cor’, que justifica, supostamente, o tratamento dado a essas mulheres, bem como sua posição na construção da sociedade. Kinara também sofreu com essa sobredeterminação de gênero, raça e classe. Como afirmam Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), é essa mulher negra anônima que sobrevive nas periferias, nas ‘baixadas’ da vida, quem sofre mais tragicamente com essa sistemática racial.

Uma mulher branca em situação de rua causaria um impacto diferente, já Kinara, nessa condição, não causa choque nenhum. Seu corpo gera incômodo em outras circunstâncias, como quando ela trabalha o dia inteiro sob o sol, limpando para-brisas, ou quando tenta ir a uma farmácia e é colocada para fora por estar malvestida. Ou, ainda, em uma delegacia, onde lhe dizem que ela não cheira bem e, por isso, não corre o risco de sofrer abuso sexual. Os valores e significados dados ao seu corpo, nesse caso como imundo, sujo e animalesco, não são de agora. Foram anos de um processo de construção até que

esses valores passassem a constituir a própria subjetividade, a ponto de Kinara afirmar que alisa o cabelo para passar a impressão de que é menos suja ou menos negra.

Ao aceitarmos a mudança da direção de olhar que Kinara nos propõe, vemos que, apesar de ser ainda um corpo feminino negro, quando este se desloca da rua para a universidade causa efeitos diferentes. Se a rua é um lugar onde se naturaliza sua presença, há na universidade a constante necessidade de, como mulher negra, precisar se adequar a esse espaço que originalmente não foi pensado para aquele corpo estar ali. Um corpo que sai do outro lado da rua e deixa a posição de pesquisada para ocupar a posição de pesquisadora provoca para uma mulher negra reflexões sobre se lhe cabe estar ali ou até onde ela pode ir, quais limites serão impostos e quais mecanismos serão acionados para fazê-la sentir-se desconfortável e não pertencente. A universidade constrói ativamente uma ausência de suporte material para a permanência dessas mulheres, pelas estruturas e horários das aulas que tornam difícil manter um curso de graduação ou pós-graduação enquanto se precisa trabalhar, pela ausência de instâncias de cuidado necessário - em virtude das próprias violências que o racismo nesse espaço especificamente produz -, pela publicação de editais de fomento e de bolsas que priorizam modelos hegemônicos e colonialistas de pesquisa, entre outros mecanismos que tornam a vida de mulheres negras acadêmica um desafio, não apenas ligado aquilo que deveria ser para qualquer pessoa, mas sobretudo obstaculizado pelo racismo institucional.

É um espaço que, pelo modo como violenta mulheres negras, quando se conclui uma etapa de formação fica difícil pensar em seguir para o próximo passo, prevalecendo o alívio por não ter que provar constantemente que merece estar ali. Kinara provoca essa reflexão, quando na rua, a pesquisadora negra é vista como mais branca e situada como alguém em posição de prestígio social e na universidade é reconhecida talvez como até mais retinta do que é. Assim, esse corpo da mulher negra é um corpo modulado por territorialidades, pois não há uma leitura única sobre ele, mas sim relações que o localizam como ‘mais’ ou ‘menos’ negro de acordo com territórios que se espera, socialmente, que ele ocupe ou não. Dessa maneira, um corpo de

mulher negra pode ser considerado um corpo fraturado pela ontologia colonial (Fanon, 2008). Kinara nos mostrou como somos localizadas como sujeitas de pesquisas e estatísticas, de lugares balizados por poderes de interdição e, ao mesmo tempo, por saberes que só podem ser constituídos pela experiência corporal. Esses elementos interseccionais dão forma às posições ocupadas por determinados sujeitos/grupos na sociedade. As circunstâncias de violência de gênero, raça e território podem passar despercebidas devido à forma como o ambiente se organiza (Akotirene, 2019). São mecanismos como os que operam nas universidades, que parecem inofensivos ou não intencionais, que demarcam como a ordem político-social é alicerçada em racismo, sexismo e exclusão. Portanto, não podemos desconsiderar a interseccionalidade, uma vez que certos mecanismos se cruzam e produzem situações de opressão e dominação (Kilomba, 2019).

Durante muito tempo, nas mais diversas instâncias de nossa sociedade, essa hierarquização da vida a partir da raça e do gênero segue sendo perpetuada. Em espaços 'reais' ou 'ficcionais'[iv] como a arte e a literatura, temos: cortiços com mulheres negras voluptuosas, assanhadas e insaciáveis na cama; senhoras negras na posição de cozinheiras sem mérito algum por suas receitas; empregadas consideradas como da família, apesar de nunca poderem sentar à mesa com os membros dessa suposta família; mulheres racializadas expostas ao risco de morte em uma pandemia porque seu trabalho na casa das famílias é considerado essencial... Essas mulheres muitas vezes são ditas como pertencentes a algumas famílias pelo tempo de dedicação na criação de filhos e no cuidado de casas que não são delas, como apontaram as análises empreendidas por Lélia Gonzalez (1981/2018; 1984). As patroas permitem que elas levem seus filhos para o trabalho, já que elas são *quase* da família, mas, para elas fazerem seu trabalho diário, suas crianças ficam sem supervisão e correm o risco de sofrer 'acidentes', como cair de um prédio após brincar no elevador[v]. Não é algo distante a impunidade para patroas brancas.

Apesar do deslocamento temporal entre Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, as narrativas de ambas expressam questões absolutamente presentes em nossa contemporaneidade. Érika Cecília Oliveira (2020) aponta a escrita de Carolina Maria de Jesus como visionária, já que antecipava discussões realizadas dentro e fora da academia

atualmente, ao mesmo tempo em que revelava a força das violências de raça, gênero e classe. Porém, o fato de ainda sermos questionadas na universidade sobre a importância de discussões interseccionais, passados tantos anos dessas publicações, demonstra que pessoas brancas seguem desfrutando privilégios, inclusive o privilégio da negligência e da ignorância sobre determinadas temáticas e análises. Isso possui um lastro histórico-colonial na formação brasileira.

Os entrelaçamentos entre racismo e sexismo apontam que as transformações ocorridas na sociedade brasileira se pautaram em um modelo de modernização conservadora pós ditadura militar instaurada em 1964. Conforme Lélia Gonzalez (1985/2018), as políticas desenvolvidas no Brasil produziram uma universalização abstrata sustentada pelo encobrimento da realidade vivida por mulheres negras. E, apesar das conquistas obtidas pelo movimento feminista hegemônico, a condição das mulheres negras revela a invisibilização de profundas desigualdades raciais, de modo que os postos de trabalhos direcionados para as mulheres negras mostram como a cultura brasileira as associa a trabalhos informais e desvalorizados, os quais, por sua vez, naturalizam resquícios da escravização e expõem corpos femininos negros a todo tipo de violências e humilhações. Todavia, existem resistências contra situações sub-humanas que vão desde a formação de quilombos e revoltas armadas até o que pode nomear como "resistência passiva" (Gonzalez, 1981/2018, p. 40), como, por exemplo, os suicídios e a forma como mulheres negras educaram (e ainda educam) filhos de patrões brancos, contando histórias desde um imaginário popular sustentado por valores africanos e produzindo, com o pretuguês, uma africanização da língua e da cultura.

Escritoras negras têm resistido e insistido em mostrar a humanidade que há em personagens de mulheres negras. Conceição Evaristo é uma dessas escritoras brasileiras que ressignificam, com suas histórias e contos, o protagonismo da mulher negra. Mesmo envoltas pela pobreza e algumas vezes pelo crime, essas personagens não cedem à corrupção e constroem sua subjetividade para além dos estigmas que as cercam. Como essas personagens e a própria autora que as cria, passo a passo, vamos rompendo silêncios impostos, nos inserindo em espaços de poder e produção

intelectual, lutando para manter assentos e buscando mais equidade social. Na universidade, temos resultados de lutas acirradas dos movimentos negros, como a implementação e o aprimoramento das políticas de ações afirmativas e a ainda tímida inclusão de intelectuais negras nas referências bibliográficas das disciplinas e das seleções de cursos de graduação e pós-graduação. Mesmo assim, seguimos convivendo com o que Yasmin Maciane da Silva (2023) nomeia como 'antirracismo cordial': um conjunto de estratégias colonialistas de evitação de conflitos que dissimulam o racismo e sustentam a continuidade de uma paz branca e heteropatriarcal, capturando pautas e ações antirracistas nas universidades.

Desse modo, habitar o território acadêmico constitui-se como um terreno movediço em que há uma certa valorização de intelectualidades negra e indígena, a despeito de séculos de epistemicídios e apropriações, combinada com a conivência com práticas racistas, inclusive no modo como defende um antirracismo 'inócuo', mantendo uma centralidade branca (paradoxalmente!) na luta antirracista. A provocação feita por Kinara ecoa novamente, pois é a partir dela que refletimos não sobre a outra, habitante das ruas, mas sobre como a permanência insidiosa do antirracismo cordial serve a uma lógica acadêmica que convida mulheres negras a um suposto protagonismo, ao mesmo tempo em que encontra formas de subalternizá-las nas lutas políticas e epistemológicas.

O corpo-memória de Kinara ainda interroga

Discutimos aqui a potência da escrevivência na constituição de um percurso metodológico e epistemológico que titubeia, que se faz prenhe de perguntas e inconclusões. E nesse percurso apontamos articulações possíveis entre interseccionalidade, corpo e território. Isso porque importa onde o corpo de uma mulher negra está. A afirmação de Kinara poderia passar despercebida em formas de pesquisa desinteressadas nos gestos e discursos situados fora das 'grandes' narrativas e dos consagrados métodos de produção de verdades. E o que há de irruptivo é o modo como ela assinala que faz diferença estarmos na rua ou na universidade, pois a universidade não foi feita para todos os corpos, as ruas como local de habitação também não.

O desfecho da história da Kinara remete à questão inicial que ela lançou

como flecha, ao apontar que os lugares que ocupamos modulam violências a que estamos expostas. Apesar de a universidade produzir violências e de nossos corpos não estarem, portanto, isentos disso, Kinara foi exposta à violência de gênero nas ruas da cidade, à violência letal que lhe tirou a vida. Por isso, nossa escrita não se configura apenas como registro de reflexões científicas, mas também como um texto em memória de Kinara, que nos diz sobre como a universidade protege nossos corpos de algum modo, embora eles sejam também alvo de violências aí.

Kinara é um corpo que inscreve sua marca no mundo como resistência à mortificação e desaparecimento. Ela – a morte – espreita corpos femininos negros nas ruas, nas casas, nas políticas públicas e alardeia toda uma maquinaria fazer desparecer nossa existência. A palavra, entretanto, é inscrição no mundo e afirmação da existência. Para nós, as palavras de Kinara reverberam como interrogação político-epistemológica: No transitar entre rua e universidade, quais são as violências que aproximam e/ou distanciam nossos corpos? Ocupando territórios e lugares sociais distintos, nossos corpos têm acesso à garantia de não passar por violências em algum momento? Tais questões exigem voltarmos os olhos ao que a ciência moderno-colonial tem, historicamente, oferecido como respostas possíveis.

Entendemos que escre-viver é criar possibilidades de estender o tempo para além do que dilacera corpos de mulheres negras. Por isso, escrevemos este texto para pensar junto com Kinara e dar visibilidade às tantas questões que sua provocação suscita para a produção de conhecimento nas ciências humanas e sociais. A escrevivência nos evidencia o que passa despercebido pelos registros oficiais de morte e vida, nos mostra o sujeito que está para além daquilo que são apenas dados, revela um sujeito-carne, no ademais da raça, classe, gênero, sexualidade etc., para além de tudo o que complexifica o conhecimento e a política, como também a existência. Proclama que nenhum universal dá conta da diversidade da vida e da morte e das relações que as produzem.

Ainda que alguns elementos e violências sejam comuns às mulheres negras, outros materializam práticas, discursos e lugares distintos para nossos corpos. A fala de Kinara coloca em questão justamente o modo como as

intersecções entre raça, gênero e classe articulam-se, indissociavelmente, com territórios e conhecimentos. Ela nos interpela e provoca por escancarar a complexidade dos jogos de poder pelos quais somos alvo de objetificação – afinal, como escreveu Emicida (2019), a pele que não é alva torna-se a pele alvo. Isso não ocorre de maneira homogênea e, por isso, concebemos raça e gênero como categorias interseccionais, interrelacionadas à classe, sexualidade, territorialidade, etnia, capacidade, faixa etária etc. Os jogos de poder operados pela racialização dos corpos dizem respeito ao fato de que raça não é um conceito que fixa homogeneidades em nossos corpos.

Os encontros com Kinara, entre o cheiro das ruas e o ruído do mar, sinalizam algo de singular, local e à margem na constituição de um pesquisar entre corpo e territorialidade: sim, faz diferença sermos uma mulher negra na universidade, uma mulher negra nas ruas, bem como em outros territórios e espaços sociais. Mais do que isso, a afirmação feita por Kinara à primeira autora deste trabalho coloca em xeque possibilidades de nos deixarmos cooptar por uma ideia de suposto embranquecimento prometido por esse lugar hierárquico da academia e da ciência. Se a hierarquização da ciência é também hierarquização do humano, corremos riscos – nós, negras acadêmicas – de sermos capturadas por promessas coloniais para nos assemelharmos, de algum modo, ao modelo hegemônico de produzir conhecimento e formas de nos relacionarmos com aquelas com quem pesquisamos. Lélia Gonzalez (1981/2018) também advertiu a esse respeito, quando apontou que podemos ser cooptadas por um sistema baseado na seletividade racial sem nos apercebermos do "alto preço a pagar: o da própria dignidade" (p. 46). À branquitude, Kinara pontua a necessidade do reconhecimento das hierarquias, distanciamentos, universalismos, violências e verdades que ela tem produzido historicamente e frequentemente sobre outros, esquivando-se de olhar a si mesma e ao que constrói como mundo. Alerta para o fato de que meros discursos antirracistas cordiais (Silva, 2023) são insuficientes para romper com esta lógica colonial e podem, efetivamente, ser mais uma de suas expressões.

Assim, Kinara enuncia, em seu corpo-saber e em sua voz repleta de potência, a contemporaneidade de questões para um feminismo negro interseccional e expõe rachaduras que, por muito tempo, escondemos no solo das ciências humanas

e sociais, tais como a concepção de que quem detém conhecimento é quem pesquisa. Há em Kinara um corpo de mulher negra violentado nas ruas, nas políticas públicas e na própria universidade, mas este mesmo corpo produz conhecimento sobre si, sobre a universidade, sobre mulheres negras, mulheres brancas e sobre a branquitude. Kinara, em sua luz, sabiamente nos orienta a apostar nos saberes e na intelectualidade das mulheres negras nos territórios que elas ocupam, no tempo em que foi e é possível existir, ainda que a vida lhes seja tirada brutalmente de muitas maneiras. Por isso, nos cabe encerrar esta escrita com um agradecimento ao que Kinara, preta, mulher, alagoana, nos ensinou e ensina. Ela nos diz que nós podemos sentar e aprender o que as mulheres negras tecem em seus corpos-saberes que atravessam o tempo, iluminando, escurecendo, fazendo arder um modo de persistência em uma ética de vida não silenciável.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade* (Trad. S. Carneiro). Pólen.

Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. José Olympio.

Cruz, R. A. C. (2017). *Gênero e educação nas escrevivências de Conceição Evaristo: um olhar sobre Ponciá Vicêncio e Becos da Memória.* Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Emicida (2019). Ismália (Emicida, Larissa Luz & Fernanda Montenegro). Em: *Amarelo*, faixa 8, Gravadora Sony Music.

Evaristo, C. (2005). *Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. Revista Z Cultural* – do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Recuperado de http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-denascimento-de-minha-escrita.

Evaristo, C. (2017). *Becos da memória*. Pallas.

Evaristo, C. (2022). *A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo.* [online]. Recuperado de http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EdUFBA.

Gonzalez, L (2018). *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*. *Primavera para as rosas negras:*

Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 34-53. Filhos da África (Texto originalmente publicado em 1981).

Gonzalez, L. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 223-244.

Gonzalez, L (2018). *Mulher negra. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* 265-282. Filhos da África (Texto originalmente publicado em 1985).

Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. (1982). *Lugar de negro*. Marco Zero.

hooks, b. (1989). *Talking back: thinking feminist, thinking black*. South End Press. 91-100.

hooks, b (2019). *Olhares negros: raça e representação.* Elefante.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano.* Cobogó.

Lemos, A. P. S.; Oliveira, J. H. C. (2017). *O território e as cidades desenhadas: sentidos da baixada fluminense. Revista Mídia e Cotidiano*. v. 11, n. 3. 214-227.

Lima, A. (2001). *A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?* Afro-Ásia, v. 26. 281-312.

Oliveira, É. C. S.; Rocha, K. A.; Moreira, L. E.; Hüning, S. M. (2019). *"Meu lugar é no cascalho": políticas de escrita e resistências. Fractal: Revista de Psicologia*. v. 31, n. esp. 179-184.

Oliveira, É. C. S.. (2020). *O Pensamento de Fronteira de Carolina Maria de Jesus. Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e212106. https://doi.org/10.1590/1982-3703003212106

Oliveira, É. C. S., Bleinroth, M. L. M., Silva, Y. M. da, Amorim, R. C. da S., Santos Júnior, J. C. dos, Melo, W. da C. (2020). *Rastros e restos de Carolina Maria de Jesus. Revista Polis e Psique*, 10(3), 137-157. https://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.100696

Rossini, T. C. N. (2014). *A representação caleidoscópica da corporalidade da mulher negra em Um Defeito de Cor*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

Santos, S.H. de L.C, Hüning, S.M. e Silva, A.K. (2024). *Interpelações e reverberações da literatura de Conceição Evaristo para uma psicologia encarnad*a. Em E.A. Oliveira e C.N. Sathler (Orgs.), *"Por entre sangue, pus e suor": Nas tessituras de uma psicologia encarnada*. Devires. Recuperado de https://editoradevires.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Por-entre-sangue-pus-e-suor-EBOOK-PDF-3.pdf

Silva, Y. M. *Antirracismo cordial: o modismo de acadêmicas/os brancas/os no movimento antirracista.* In: Silva, Y. M.; Mesquita; M. R.; Huning, S. M. (Org.). *Antirracismo Cordial: das dinâmicas institucionais às*

alianças político-afetivas. Edufal, 2023. 13-45. Recuperado de https://www.edufal.com.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2023/11/ANTIRRACISMO_e-book_site-sahtkm.pdf

Rosângela Jacinto Cabral. Psicóloga clínica, Mestra em Psicologia, Maceió-Alagoas, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9331-1868
Email: rosyycabrall@gmail.com

Aline Kelly da Silva. Graduada, Mestra e Doutora em Psicologia. Centro Universitário de Maceió, Maceió, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4535-434X
Email: alineksilva977@gmail.com

Simone Maria Hüning. Graduada, Mestra e Doutora em Psicologia. Docente e Pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil,
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8080-7733
Email: simone.huning@ip.ufal.br

Submetido em: 27/04/2024
1ª Rodada: 05/05/2024
Aceito em: 02/06/2024

Contribuição das autoras:

Conceitualização: R. J. C.; A. K. S.; S. M. H.
Redação do manuscrito: R. J. C.; A. K. S.; S. M. H.
Análise dos dados: R. J. C.; A. K. S.; S. M. H.
Revisão e edição: R. J. C.; A. K. S.; S. M. H

Financiamento

Bolsa Mestrado FAPEAL, Bolsa de Doutorado CAPES e Bolsa Produtividade CNPq. Edital CAPES/COOPBRASS Nº 05/2019.

[i] As memórias que abrem este ensaio foram registradas por Rosângela Cabral, primeira autora, durante seu percurso de pesquisa de mestrado (Bolsa FAPEAL) e por isso seguem em primeira pessoa do singular. Transitaremos para a primeira pessoa do plural ao trazer as interlocuções estabelecidas com as duas outras autoras a partir desta memória. Esta produção integra o projeto "Corpo, cidade, hospitalidade: articulações tecno-políticas", Edital CAPES/COOPBRASS Nº 05/2019 (processo: nº 88881.368943/2019-01) e contou com apoio de bolsa de doutorado CAPES e Bolsa Produtividade CNPq.

[ii] Tradicional festa africana que celebra África e sua identidade cultural.

[iii] Duas das autoras deste ensaio são mulheres negras e uma é mulher branca, o que nos situa de modo diferente em relação às vivências do racismo e da branquitude e ao questionamento feito por Kinara. Mesmo que de maneiras diferentes, nos sentimos todas interrogadas e provocadas a pensar a partir daquela afirmação.

[iv] Destacamos os termos reais e ficcionais no intuito de colocar em suspenso a possibilidade de uma distinção absoluta entre estes, pensando a literatura inclusive como registro desta realidade.

[v] Referência ao que aconteceu com Miguel Otávio Santana da Silva, filho da empregada doméstica Mirtes Renata Santana de Souza, morto aos cinco anos após cair do nono andar de um prédio luxuoso em Recife, quando estava sob os 'cuidados' da patroa de sua mãe, Sarí Côrte Real, em junho de 2020. Embora Sarí, uma mulher branca da elite pernambucana, tenha sido condenada a cumprir oito anos e seis meses de prisão em regime fechado por abandono de incapaz, em novembro de 2023 teve sua pena reduzida para sete anos de prisão e

recorre da sentença em liberdade até o encerramento deste texto.